



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001986-87.2024.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Serviços de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis do TRE

### DESPACHO Nº 1317 / 2025 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela SEMAP, no qual, após regular contratação direta em razão do valor, foi firmado a contratação da empresa **EPORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ sob o n. 61.198.164/0001-60, para prestar serviços de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes a este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE-RO, materializada no Contrato Administrativo n. 59/2024 (1306756), atualmente em execução. Este possui prazo de vigência de 1 (um) ano, a contar do início da apólice do seguro, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021, encerrando-se em **08/11/2026**.

Na Solicitação n. 85/2025 (1447321), a unidade gestora do contrato do contrato, questionou a contratada a respeito da prorrogação dos serviços prestados (1422722, 1428774). Em resposta, houve a manifestação de interesse da contratada (1446715), a qual também comprovou a manutenção das condições de habilitação (1447320).

O Secretário da SAOFC, por meio do Despacho n. 2951/2025 (1447660), relatou os atos praticados e encaminhou o processo à COFC, para programação orçamentária da despesa; à SECONT, para elaboração da minuta do instrumento contratual; e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico, a fim de assegurar a regularidade formal e legal da alteração pretendida.

Em sequência, foram juntadas aos autos a Informação 271/2025, dispondo a respeito do Orçamento de 2026 (1448606), demonstrando que a despesa pleiteada está prevista na LOA 2026 e a Minuta de Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 59/2024 (1450051).

Instada, a AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico 181/2025 (1450096) opinando, em síntese, pela possibilidade jurídica da prorrogação pleiteada e pela adequação legal da minuta juntada pela SECONT.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito e à publicação do termo aditivo no DJE, no PNCP e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO (1451329).

#### **Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.**

Inicialmente, registra-se que o pedido de contratação sob análise foi elaborado com base nas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133/2021.

Como relatado pela SEMAP na Solicitação n. 85/2025 (1447321), pretende-se a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 59/2024 (1306756), **por mais 1 (um) ano, a contar do dia 09/01/2026 até 08/01/2027**. Insta salientar que a contratada anuiu com a prorrogação supramencionada, conforme consta no documento evento 1446715, a qual também comprovou a manutenção das condições de habilitação (1447320).

Sobre a possibilidade de prorrogação do contrato, o artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 estabelece:

*Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.*

Ainda, ressalte-se que o Contrato Administrativo n. 59/2024 admitiu expressamente a possibilidade de prorrogação condicionada ao teste, por parte do gestor do contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato:

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO  
(Art. 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)

**5.1.** Este Contrato terá prazo de vigência de 1 (um) ano, a contar do início do prazo de vigência da apólice do seguro, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

**5.2.** A prorrogação de que trata essa Cláusula é condicionada ao teste, por parte do gestor do contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados

relevantes, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**5.3.** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**5.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**5.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**5.6.** O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

O dispositivo da Lei de Licitações, ora citado traz três requisitos para prorrogação contratual.

O **primeiro requisito** legal permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço ou fornecimento seja prestado de forma contínua, de acordo com a definição contida no art. 6º, XV da LLC. Dada a contínua necessidade deste órgão no tocante **a cobertura de risco total de bens móveis e imóveis, por meio de seguradora**, tem-se configurado um **serviço contínuo**. Tal natureza foi registrada no item 7.1.1 do Termo de Referência da contratação (1293973) analisado inclusive pela AJSFAOFC por meio do Parecer Jurídico nº 374/2024 (1303692).

O **segundo requisito** diz respeito à **previsão editalícia** da prorrogação do contrato. Por certo, essa exigência legal tem aplicação aos contratos decorrentes de certames licitatórios, o que não é o caso da contratação em análise realizada com dispensa de licitação com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021. Contudo, como já registrado, a possibilidade da prorrogação do ajuste constou expressamente no TR da contratação (1293973) e no instrumento contratual (1306756).

O **terceiro e último requisito** reside na demonstração da **vantajosidade** para a Administração da prorrogação do ajuste. Conforme as informações prestadas pela unidade demandante, em pesquisa de preços realizada no âmbito da Administração Pública e divulgados no Diário Oficial da União (1446708), verifica-se que o preço ofertado pela empresa para prorrogação do contrato atual está aquém do praticado. O valor de **R\$ 36.241,33** (trinta e seis mil duzentos e quarenta e um reais e trinta e três centavos) apurado para a **renovação da apólice** mostra-se coerente com os valores praticados no mercado. Assim, está garantida a adequação econômico-financeira da proposta, com benefício para a contratada e vantajosidade financeira para a Administração.

Desta forma, verifica-se que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência, artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e pelas regras contratuais, Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n. 59/2024 (1306756), situação permissiva à prorrogação na forma pretendida pelo gestor do contrato à prorrogação contratual por 1 (um) ano, **a partir 09/01/2026**, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação.

Por fim, conforme disposto pela COFC, a demanda possui previsão de execução de despesas no exercício financeiro vindouro para o qual não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste momento, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual e da abertura do exercício financeiro 2026 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME. Contudo, a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2026 possui previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação. (1448606)

Assim, não há qualquer impedimento para a prorrogação sugerida pela gestão do contrato e que, neste caso, será formalizada por meio de Termo Aditivo. No ponto, registra-se que a minuta de evento 1450051 foi considerada regular pela Assessoria Jurídica da SAOFC, por estar em conformidade com as regras da Lei n. 14.133/2021, de modo que o instrumento atende aos princípios e diretrizes que norteiam a aplicação das normas citadas.

**Diante do exposto**, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

**a) AUTORIZO prorrogação do prazo de vigência**, por mais 1 (um) ano, a partir **09/01/2026**, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação, na forma como registrados na minuta da SECONT juntada no evento 1450051, com fundamento no artigo 107 da Lei n. 14.133, de 2021 e pelas regras contratuais, de acordo com a Cláusula Quinta do Contrato n. 59/2024;

**b) DETERMINO a publicação do aditivo contratual**, em conjunto com o ato autorizativo e demais documentos necessários, no DJE, em respeito ao princípio da publicidade, bem como publicação no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em consonância com o parágrafo único do art. 72 da Lei. n. 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, por fim a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em consonância com o art. 94 da Lei. n. 14.133/2021;

À SAOFC para adoção das demais medidas para o devido processamento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 22/12/2025, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1455062** e o código CRC **4D09E744**.